



Assembleia Municipal de Azambuja

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2011

---Aos vinte e oito dias do mês de Junho de dois mil e onze, pelas 20h15m, reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, no Espaço Multiusos do Centro Cultural "Páteo do Valverde", em Azambuja, com seguinte Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA

- 1. Informação do Presidente da Câmara acerca da Actividade Municipal**
- 2. Desafecção de Domínio Público**
- 3. Central de Compras Electrónicas da CIMLT**
- 4. Documento de Prestação de Contas Consolidadas**
- 5. Regulamento Municipal de Feira de Viaturas Usadas**
- 6. Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos**
- 7. Regulamento do Conselho Municipal de Juventude**

---- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António Pratas Cardoso, e secretariaram a reunião o Sr. Rui Augusto Nabais, 1º Secretário e o Sr. Francisco Alberto dos Santos Jerónimo, 2º Secretário. -----

---- Encontravam-se presentes os Deputados Municipais Senhores Dina Teresa Sousa Patrício, António Batista Marques, António Francisco Nunes Godinho, António José Rodrigues, António Luís Lavado dos Reis, António Manuel Montez Amaral, Daniel Albino Lopes Claro, David José Pinto Mendes, Fernando Emídio Costa, Francisco António Galvão Morgado, Herculano Valada Martins, Hermínia Eva Leal Mota Abreu, Isabel Maria Franco Corrêa, Joaquim Luís Lobato, Joaquim Marques de Jesus Oliveira, José Luís Marques dos Santos, José Manuel Isidoro Pratas, Justino Cláudio de Oliveira, Joaquim Manuel Costa Carvalho, Manuel da Silva Simões Ramos, Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro, Maria de Lourdes Firmino Piriquito, Nuno Miguel Monteiro Gonçalves, Pedro Manuel Raimundo Duarte Coelho, Rita Adriana Gonçalves Domingos, Sérgio Paulo Rodrigues Ramos Jorge e Vera Lúcia Raimundo Brás dos Santos. -----

---- Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes os Senhores Joaquim António Sousa Neves Ramos, Presidente, Luís Manuel Abreu de Sousa, Vice-Presidente, Marco António Leal Pereira, Ana Maria Correia Ferreira, Silvino José da Silva Lúcio e António Jorge de Oliveira Lopes, Vereadores. -----

---- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal interveio para saudar todos os presentes e para informar que os Senhores Ana Sofia Dias Ajuda e Lúcio Manuel Cardador Costa iriam ser substituídos por, respectivamente, Dina Teresa Sousa Patrício e Joaquim Manuel da Costa Carvalho. -----
Seguidamente informou de estar constituída a Mesa, haver “quórum” e que, assim sendo, ia dar início aos trabalhos. Referiu também que, por se tratar de uma reunião ordinária, haveria dois períodos antes da ordem do dia, um para o Público e outro para os Senhores Deputados. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

---- O Sr. Presidente da Mesa perguntou, então, se havia no público quem quisesse intervir. -----

---- Interveio o Sr. Casimiro, munícipe de Aveiras de Cima, pedindo a ajuda da Câmara para resolver o problema da constante e imensa nuvem de pó que invade a sua casa, à passagem dos camiões da Quimitécnica na Estrada da Caneira por esta não ser alcatroada. -----

---- A seguir pediu a palavra o Sr. Canha, munícipe e comerciante de Azambuja. Em primeiro lugar, para agradecer o apoio da Câmara na realização da festa do caracol. Em segundo lugar, para dizer que a Vila de Azambuja está a ser alvo de vários assaltos e não estão a ser tomadas as diligências devidas pelas autoridades competentes, incluindo a Câmara. Apelou para a urgência no reforço de policiamento nas ruas da Vila, tendo em vista a segurança e o bem-estar da população. -----

---- Interveio o Sr. Firmino Amendoeira, munícipe, querendo saber se a Câmara tem alguma obra programada para o arranjo dos passeios de Azambuja. Deu conhecimento do rompimento da conduta de esgotos na Quinta da Mina causada por uma máquina que operava na limpeza de um terreno naquele local. -----

---- Seguidamente, pediu para intervir o Sr. Pedro Salazar, dizendo que na última sessão da Assembleia o seu nome foi referido por ter feito um contrato milionário com a CIMLT, daí a razão de ter vindo hoje a esta sessão para esclarecer o assunto. Disse ter concorrido a um concurso publicado no Diário de Notícias, tendo sido seleccionado entre os profissionais que também concorreram. Juntamente com outros colegas assinou o contrato por ajuste directo, no valor de 49.200,00 euros por dois anos, no âmbito da Sociedade de Reabilitação Urbana. Esta remuneração, depois de retirados os respectivos impostos, dá um valor mensal de 1.200,00 euros. -----

---- Para responder às questões colocadas, interveio o Sr. Presidente da Câmara. Sobre a estrada da Caneira disse que o seu alcatroamento está contemplado nos arranjos de estradas consideradas prioritárias. Relativamente à questão levantada pelo Sr. Canha, o Sr. Presidente referiu que o vandalismo está sempre associado a crises económicas e sociais e é preocupante. Em Azambuja a responsabilidade da Segurança é da GNR e não têm conta as vezes que tanto ele como o Sr. Vice-Presidente têm insistido, e irão continuar a insistir, com os Comandos da GNR, quer a nível concelhio, quer do destacamento de Alenquer, quer mesmo a nível regional e nacional, para que a segurança no nosso Concelho seja reforçada. -----



Assembleia Municipal de Azambuja

Relativamente aos passeios, o Sr. Presidente disse que todos os anos, após a feira de Maio, é feita uma empreitada de reposição das calçadas. Neste momento estão a fazer-se as consultas para se iniciar o processo. -----

Quanto à situação do esgoto da Quinta da Mina, o Sr. Presidente disse que a Câmara irá tomar as necessárias providências. -----

---- Sobre o esclarecimento do Sr. Pedro Salazar, o Sr. Presidente disse não poder ficar calado sobre as mentiras que foram ditas por pessoas com a alguma responsabilidade. Disse ter-se informado sobre o processo que conduziu à contratação do Sr. Pedro Salazar. Assim, explicou que no dia 8 de Dezembro de 2010 foi publicado no Diário de Notícias a oferta pública de trabalho para a SRU, para a selecção de 1 engenheiro civil e de 3 arquitectos. Foram entregues, em engenharia civil, 29 candidaturas e, em arquitectura, 21 candidaturas. Foi constituído, pelo Conselho de Administração da SRU Intermunicipal, que é composto pelo Dr. Sousa Gomes, pelo Dr. Dionísio Mendes e pelo Dr. Moita Flores, respectivamente, Presidentes das Câmaras de Almeirim, Coruche e Santarém, um júri, do qual fez parte o Dr. António Torres, Eng.^a Sónia Serra e a Dra. Mariana Melo. Fizeram uma pré-selecção dos 50 candidatos que se apresentaram a este processo de concurso. Foram pré-seleccionados 7 engenheiros civis e 9 arquitectos. Na 2ª fase da selecção, pelo mesmo júri, foi classificado um engenheiro civil, o Eng.º Pedro Salazar, e 3 arquitectos, sendo que estes 4 técnicos ganham todos o mesmo. O Sr. Presidente da Câmara, para memória futura, pediu que esta informação fosse apenas à acta da presente reunião (Anexo 1). -----

---- O Sr. Firmino voltou pedir a palavra para dizer que o problema que levantou sobre os passeios não tem a ver com a Feira de Maio, porque as ruas que mencionou ficam de fora do perímetro da feira, mas sim com erros de construção. -----

---- Em defesa da honra, interveio o Sr. Deputado Municipal António Godinho dizendo que o Sr. Pedro Salazar apresentou a sua versão das coisas como as entende, tendo sido correcto, já o Sr. Presidente da Câmara enveredou por outro caminho. O Sr. Deputado acrescentou que a Coligação PFNT não aceita lições de honestidade, nem da parte do Sr. Presidente nem da Câmara. Disse nunca terem entrado pelo ataque pessoal nem nunca chamaram mentirosos a ninguém, mantendo sempre uma postura de respeito pelos colegas da Assembleia. Contudo, disse haver algumas questões que mereciam ser esclarecidas. O Sr. Pedro Salazar ficou muito impressionado com a questão do contrato milionário, todavia quem ganha o ordenado mínimo nacional também tem que fazer face à alimentação, transportes, impostos e etc. O Sr. Deputado referiu que o Sr. Presidente havia dito que aquela contratação tinha sido feita com base num concurso público e que o único candidato tinha sido o Eng. Pedro Salazar. Pelos vistos não foi assim, nem foi o único candidato e a contratação foi por ajuste directo. Sobre os ajustes directos a lei diz que "*...o ajuste directo é o procedimento em que entidade adjudicante convida directamente uma ou várias entidades ...*". Isso demonstra que, pela Coligação, não foi dita nenhuma mentira. -----

O Sr. Deputado pediu ao Sr. Presidente da Assembleia que estes documentos, que serão entregues à Mesa, fiquem também apensos à acta da presente reunião (Anexos 2, 3 e 4). -----

Acrescentou que pode haver erros ou enganos na avaliação de algumas situações, mas a Coligação PFNT estará sempre disponível para os corrigir. Porém, aqui, não houve erro nem engano e o Sr. Pedro Salazar não tem de ser tratado de modo diferente de qualquer outro português. Contudo disse ser estranho que num ajuste directo tenha sido escolhido o presidente da concelhia do Partido Socialista de Azambuja. Esta questão está resolvida por natureza, mas, a verdade, é que isto levanta questões e dúvidas. -----

O Sr. Deputado voltou a dizer que a Coligação não mentiu, apenas se limitou a interpretar à sua maneira estas questões que estão patentes, são públicas e toda a gente tem acesso. -----

---- Em resposta, interveio o Sr. Presidente da Câmara. Disse que o Sr. Deputado António Godinho não esteve presente na Assembleia municipal de Aveiras de Cima, onde os seus colegas de bancada lhe chamaram mentiroso e fizeram outras insinuações, essas sim, desonestidades. Também disse não receber lições sobre honestidade de nenhum Deputado Municipal e muito menos da Coligação PFNT. -----

O Sr. Presidente disse ainda que hoje mesmo diversos funcionários municipais tinham sido bombardeados com mails do mesmo Senhor que insultou pessoalmente diversas pessoas na última sessão da Assembleia Municipal, falando, mais uma vez, no contrato milionário do Sr. Pedro Salazar e que o mesmo não tinha sido feito através de concurso público. Explicou, o Sr. Presidente, que uma coisa é o concurso e outra coisa é a forma de seleccionar a pessoa que foi, efectivamente, ocupar este lugar. ---

----- A seguir pediu a palavra o Sr. Armando Martins, munícipe, para falar sobre a insegurança nas estradas, tendo alertado para o mau estado da estrada que passa junto ao Estádio Municipal e para os acidentes nela verificados. -----

---- Esgotado o período antes da ordem do dia para o público, o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra aos Srs. Deputados Municipais. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Municipal Pedro Coelho tendo começado por dizer que na última assembleia, de 18 de Junho, a leitura da sua declaração causou algum mau estar entre os Senhores Vereadores do Partido Socialista, mas ainda assim irá entregá-la à mesa, todavia com uma correcção. Assim, no que se refere ao Cemitério de Azambuja, disse ter havido um erro de leitura e por isso iria lê-lo novamente: -----

“... Recordamos apenas essa obra emblemática cuja última fase foi lançada pelo Sr. Luís de Sousa há 11 anos: o novo cemitério de Azambuja...”. -----

Aos comentários feitos na última reunião de Câmara sobre alguns Deputados Municipais que não estavam lá presentes e, por isso, não se puderam defender, disse tratar-se de cobardia política. -----

A propósito da questão do processo da desmontagem da Praça de Touros, o Sr. Deputado disse ter consigo documentação que demonstra que o que falou na Assembleia do passado dia 18 é verdade. No dia 19 de Março de 2011 já estavam a circular na imprensa fotos da praça de touros cercada por tapumes. O contrato de



Assembleia Municipal de Azambuja

empreitada foi assinado no dia 21 de Março. No dia 25 de Março a EMIA faz uma comunicação onde diz o seguinte: "... Vimos comunicar que se vai iniciar a montagem do estaleiro e a obra de construção da nova Praça de Touros de Azambuja ...". -----
Relativamente a Alcoentre disse, na altura, que não iria falar sobre a gestão desastrosa do Centro de Dia de Alcoentre, assunto sobre o qual o Sr. Luís de Sousa se mostrou muito indignado, por achar que a Coligação PFNT o estaria a atacar pessoalmente. No entanto, o Sr. Vice-Presidente proferiu aos microfones da rádio local que apenas tinha sido tesoureiro do Centro de Dia após a entrada do Sr. Padre Tiago, quando não foi assim. No dia 19 de Setembro de 2009, o Sr. Vice-Presidente prestou uma declaração no jornal "O Mirante" que diz o seguinte: "... o Sr. Vice-presidente da Câmara de Azambuja, Luís de Sousa, que é tesoureiro do Centro Paroquial confirma que a dívida ronda os 60 mil euros". No dia 24 de Setembro, no mesmo jornal, diz o seguinte: " ... a saída do Pároco de Alcoentre, segundo Luís de Sousa, tesoureiro do Centro, que é também Vice-Presidente da Câmara Municipal de Azambuja,". Constata-se assim, que o Sr. Luís de Sousa é sempre apontado como tesoureiro desta Instituição. No dia 27/04/2010, foi à Câmara uma proposta para aprovação de um subsídio para pagamento de salários em atraso do Centro de Dia de Alcoentre, não tendo o Sr. Vice-Presidente participado na votação da mesma por ser membro da Instituição. Posto isto, o Sr. Deputado Municipal voltou a dizer que a Coligação PFNT não levantou qualquer falso testemunho. A dívida deste Centro de Dia é, actualmente, de 127.317 euros. -----

---- Pediu para intervir neste ponto o Sr. Deputado Municipal Joaquim Marques para mostrar o seu desagrado com o que foi dito pelos Deputados da Coligação PFNT sobre o Sr. Eng.º Pedro Salazar. -----

---- Interveio a seguir o Sr. Deputado António Lavado dos Reis para colocar algumas questões à Câmara. Primeiramente, quis saber se o parque de estacionamento do Centro de Saúde de Azambuja é para uso de quem se desloca ao mesmo ou se é para estacionamento de particulares. Falou da necessidade de ser colocada sinalização no troço de estrada que liga a EN 366 (junto ao Ecomarché) à Escola C+S em Aveiras de Cima e alertou para o atendimento diferenciado que é feito pelos serviços técnicos da Câmara aos munícipes e para os problemas com a sinalização luminosa à entrada das Vilas. Sobre a empresa Águas de Azambuja disse que a contagem de água no mês de Abril foi feita a 36 dias. Informou que no dia 5 de Maio houve uma rotura em Aveiras de Cima, junto ao restaurante Oficina dos Sabores, por volta das 19h30 e a retroescavadora só chegou cerca das 22h. Depois disso a população esteve 12 horas privada da água. Terminou dizendo que os resultados das análises da água continuam a não chegar ao conhecimento da população. -----

---- O Sr. Deputado David Mendes pediu também para intervir neste ponto. Disse pretender saber quais são as responsabilidades directas da Câmara no licenciamento do muro que está a ser feito na EN 366, uma vez que o Sr. Presidente lhe havia dito em tempos que a responsabilidade era das Estradas de Portugal. Na sua opinião não é como o Sr. Presidente diz. A E.P. provavelmente emitiu algum parecer mas o licenciamento é da responsabilidade da Câmara e, assim sendo, quis saber se,

efectivamente, a Câmara licenciou ou não o dito muro e a razão de a fiscalização nunca ter intervindo neste assunto. -----

Falou sobre a necessidade de providenciar o alargamento das vias de comunicação que servem, neste momento, de alternativa aos veículos pesados em Aveiras de Cima, antes que aconteça algum acidente grave. A seguir, referiu que a Câmara construiu a estrada das Mosqueireiras na Maçussa, que não serve para nada, preparando-se para construir outra ligando Virtudes a Azambuja, que também não servirá para nada, nesta época em que temos de ser rigorosos nos investimentos. Em sua opinião, em vez da construção dessa nova estrada, tinha sido preferível o alargamento de outras estradas como a que liga Maçussa a Vila Nova de S. Pedro e a que liga a Maçussa a Manique do Intendente. -----

---- O Sr. Deputado José Manuel Pratas também quis intervir para pedir à Coligação PFNT para não trazer assuntos que não sejam do âmbito Câmara, apesar de algumas pessoas estarem envolvidas noutras associações ou colectividades. -----

---- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Municipal Daniel Claro. Começou por dizer que a questão da mais-valia económica da Feira de Maio para o comércio de Azambuja está por demonstrar. Para a restauração sim, mas para outro conjunto de actividades não trás os benefícios que o Sr. Presidente da Câmara pensa. Relativamente ao problema dos passeios, o Sr. Deputado disse que o munícipe se esqueceu de falar na sujidade. Disse já ter alertado para o facto de o problema da Feira de Maio versus Urbanismo ter de ser estudado. -----

Falando de outros assuntos, disse ter pedido formalmente o acesso ao processo da construção da praça de touros de Azambuja e, depois de o ter já analisado, queria colocar algumas questões. Primeira questão, sabendo que a praça de touros foi feita por ajuste directo, a informação da EMIA de 27/01/2011 refere “devido à necessidade imediata do referido serviço”, o Sr. Deputado quis saber qual era a necessidade imediata. Antes de colocar a segunda questão, o Sr. Deputado disse ter descoberto que uma Câmara só pode fazer compras por ajuste directo até 150.000 euros, no entanto os governos têm permitido que empresas municipais façam obras até 1.000.000 de euros por ajuste directo. Quanto á pergunta seguinte, o Sr. Deputado referiu que a Câmara não se contentou só, e bem, em sua opinião, em convidar apenas uma empresa na tentativa de encontrar um melhor preço. Mas ainda assim, existem algumas dúvidas que o inquietam, tais como, o facto de a EMIA convidar três firmas, uma das quais já tinha trabalhado para a Câmara, sendo por isso conhecida. Por outro lado, convida outras duas, que provavelmente foram encontradas nas páginas amarelas. Nesse sentido, pretendeu saber onde as foram descobrir e quais são os seus currículos. Quis também saber como é que um Administrador da EMIA, já demitido pelo IGAL, assinou a acta de adjudicação desta obra. Finalmente, pretendeu saber a quem foi vendida a antiga estrutura da praça de touros. -----

---- Seguidamente interveio o Sr. Deputado José Manuel Pratas dizendo ser ele o Administrador referido pelo Deputado que o antecedeu. Esclareceu que por imposição da lei, não era possível os administradores das empresas municipais, com



Assembleia Municipal de Azambuja

ou sem remuneração, fazerem parte de órgãos deliberativos. Assim, ou renunciava ao cargo de administrador ou ao de deputado municipal, tendo optado pela renúncia do cargo de administrador da EMIA. Esta decisão foi publicada em DR no dia 28 de Dezembro último. Sobre as entidades convidadas para a obra da praça de touros, o Sr. Deputado Municipal esclareceu que a lei diz que pode ser só convidada uma. -----

---- Após esta intervenção, tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara. Referindo-se à intervenção do Deputado Pedro Coelho, disse que, efectivamente, tinha ficado muito incomodado com o que ele disse na reunião da Assembleia em Aveiras de Cima, porque nunca pensou que o debate político pudesse chegar a um nível tão baixo. Durante essa sua intervenção nunca se ouviu qualquer proposta relativamente ao que se estava a discutir, que era o futuro da estratégia do Concelho. Foi, isso sim, um repositório de mentiras e de ataques pessoais. -----

Referindo-se à praça de touros, o Sr. Presidente fez chegar à Mesa um documento, para ficar também apenso à acta (**Anexo 5**), com cópias para ser distribuídas aos representantes do Grupos Parlamentares e à comunicação social, descrevendo as fases do processo, desde a consulta até ao visto do Tribunal de Contas. A confusão resulta, provavelmente, do facto de a mesma empresa ter ganho um concurso para uma intervenção no Pavilhão Municipal, e de, por via disso, ter começado a montar o estaleiro. O Sr. Presidente quis saber qual a intenção do Sr. Deputado Municipal Pedro Coelho quando diz que a Fabrigimo começou a montar o estaleiro antes de ter conhecimento da adjudicação. -----

Ainda sobre a Praça de Touros e respondendo ao Sr. Deputado Daniel Claro, disse que manteve alguma esperança que a praça ficasse pronta a tempo da Feira de Maio, e daí ter sido lançado este concurso com carácter de urgência. No que se refere às empresas consultadas o Sr. Presidente informou que foram consultadas três por ser uma recomendação da ANMP. A escolha das mesmas foi feita com base numa proposta sua porque as conhece, sendo que o alvará das três é para construção de estruturas metálicas. -----

Sobre a antiga praça, o Sr. Presidente disse que no processo, mais propriamente no caderno de encargos, consta que a empresa que ganhasse a empreitada desmontaria e ficaria com a estrutura. -----

Quanto ao parque de estacionamento do Centro de Saúde de Azambuja, o Sr. Presidente informou que o mesmo foi feito pelo município e por isso é um parque público. As análises da água são feitas e divulgadas de acordo com o estipulado por lei. -----

No que diz respeito às questões colocadas pelo Sr. Deputado David Mendes, disse julgar que o licenciamento do muro da EN 366 é da responsabilidade exclusiva das E.P., todavia irá mandar averiguar. -----

Relativamente às estradas, informou que as novas são construídas com uma verba de 80% de fundos comunitários. A reparação e o alargamento das estradas existentes não são abrangidos por estes fundos. -----

A terminar disse, ser muito fácil atacar uma pessoa com uma folha de serviço público como a que tem o Sr. Luís de Sousa. Difícil é atacar uma pessoa que nunca fez nada.

---- O Sr. Vice-Presidente, em defesa da honra, pediu para intervir. Começou por agradecer as palavras proferidas pelo Sr. Presidente da Câmara a seu respeito. Depois disse que as pessoas que pretendem denegrir a sua imagem nunca se dedicaram tanto como ele à causa pública. Explicou que tomou posse como tesoureiro no Centro Social e Paroquial de Alcoentre em 9/11/2009, já depois de estarem contraídas todas aquelas dívidas. Informou também que apesar de já não fazer parte da instituição, ainda conseguiu, juntamente com o Vereador Silvino Lúcio, arranjar um subsídio no valor de 80.000 euros para reequilíbrio financeiro do Centro. Sobre o Cemitério disse não fazer mais comentários uma vez que o Sr. Deputado Pedro Coelho já tinha feito uma correcção ao que havia dito anteriormente. -----

Sobre as questões da saúde, disse ter reunido com o Director e com a Enfermeira Chefe do Centro de Saúde de Azambuja que se mostraram surpreendidos com o facto de estarem a ser dadas indicações para o gesso seja retirado em casa, tendo sugerido a denúncia dessas situações para que a Direcção do Centro possa actuar. -----

---- O Sr. Deputado Municipal António Godinho pediu para intervir, também em defesa da honra. -----

Disse que o Sr. Presidente da Câmara não deve ter lido a ordem de trabalhos da reunião do dia 18 de Junho, uma vez que esta era composta de um único ponto que dizia "Estado do Município" e não "Futuro do Município", e o que se discutiu foi o estado do município, independentemente de se concordar ou não com a perspectiva que cada um apresenta. Acrescentou que esta Câmara, de maioria socialista, está tão preocupada em deitar abaixo as propostas das oposições que nem se lembra das propostas que a Coligação PFNT apresentou, e que estão todas vertidas na intervenção da Coligação. Nas áreas da saúde, da protecção civil, no estacionamento, alternativas nos projectos das execuções orçamentais. Assim, ao contrário do que o Sr. Presidente disse, a Coligação tem apresentado propostas. No entanto, numa reunião sobre o Estado do Município, não lhe pareceu ser o lugar para fazer apresentação de propostas, mas sim para discutir o estado em que nos encontramos. -----

---- O Sr. Deputado António Lavado dos Reis voltou a pedir a palavra para discordar do entendimento do Sr. Presidente da Câmara sobre a divulgação das análises da água, sugerindo que a mesma passe a ser feita no Boletim Municipal. -----

---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro interveio a seguir dizendo que o Sr. Presidente da Câmara vai assumindo sozinho a responsabilidade de alguns "manquejos" políticos, tal como o facto de dizer que conhece as outras duas empresas. Sobre a indignação do Sr. Pedro Salazar, o Sr. Deputado Municipal disse que ela deveria ser unicamente dirigida ao Sr. Presidente da Câmara porque foi quem causou toda esta confusão. Sugeriu que estes dois senhores, juntos, ouvissem as suas intervenções sobre esta matéria na última Assembleia. Também nessa reunião o Sr. Presidente da Câmara afirmou que contrata quem quiser e não tem satisfações a dar



Assembleia Municipal de Azambuja

a ninguém. O Sr. Deputado disse que o Sr. Presidente não pode falar desta maneira porque não paga do seu bolso e revela um carácter anti-democrático que até então lhe desconhecia. -----

---- Seguidamente, interveio o Sr. Deputado Municipal David Mendes. Disse não aceitar as explicações do Sr. Presidente uma vez que aquele muro está assim há meses e toda a gente sabe disso. Apesar de já ter levantado este assunto noutras Assembleias, o Sr. Presidente numas não respondeu e noutras deu precisamente a mesma resposta que deu hoje. Esta sua insistência tem como objectivo alertar para o perigo eminente em que se encontra aquela estrada por causa da construção do referido muro. Criticou ainda a posição do Sr. Presidente da Junta de Vale do Paraíso pelo facto de nunca se ter manifestado sobre aquele perigo. Em relação às estradas, perguntou a razão pela qual não foi construída uma estrada nova paralela às que já existem, talvez assim já fossem subsidiadas. -----

---- O Sr. Pedro Coelho pediu também para intervir neste ponto. Disse que o Sr. Luís de Sousa tem todo o direito em defender a sua imagem, como é lógico, mas não percebeu o facto de a comunicação social ter publicado, no dia 17 de Setembro de 2009 afirmações suas enquanto tesoureiro do Centro de Alcoentre e Vice-Presidente da Câmara em que refere "... ninguém roubou nem desviou nada, a verdade é que as despesas mensais são muitas e houve um mês em que não pagámos à Segurança Social...". A verba dos 80.000 euros foi entregue ao abrigo de um programa de reequilíbrio financeiro. -----

---- O Sr. Vice-presidente interveio a seguir para dizer ao Sr. Deputado Pedro Coelho que a vinda daquela verba se deve a diligências efectuadas por ele e pelo Sr. Padre Tiago para reequilíbrio financeiro da instituição. -----

---- O Sr. Pedro Coelho interveio dizendo morar e trabalhar em Azambuja contribuindo desta forma para a economia deste concelho. Também já ficou aqui demonstrado que o Partido Socialista não tem qualquer respeito pelas pessoas que vêm de foram nem para aquelas que contribuem para a evolução do concelho. Acrescentou não estar envolvido em numa instituição, não por falta de convites, mas por querer ser livre para poder manifestar as suas ideias. -----

---- Seguidamente tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara. Começou por dizer que, em termos da lei das autarquias locais, o Presidente da Câmara pode, em cada mandato, escolher um chefe de gabinete, um adjunto e um secretário da sua estrita confiança política e pessoal, sem recorrer a processos ou a outro tipo de justificações. -----

---- Esgotado este ponto e antes de se entrar na Ordem do dia, o Sr. Presidente da Assembleia informou que iria colocar à votação as actas da reunião extraordinária de 19 de Abril e a da reunião ordinária de 29 de Abril de 2011. -----

---- Colocada à votação a acta da reunião extraordinária de 19 de Abril de 2011, foi a mesma aprovada por maioria, com 26 votos a favor e 1 abstenção -----

---- Colocada à votação a acta da reunião ordinária de 29 de Abril de 2001, foi a mesma aprovada por maioria, com 24 votos a favor e 3 abstenções. -----

O correio foi disponibilizado para consulta dos Senhores Deputados Municipais. -----

Antes de se entrar na discussão dos pontos constantes da Ordem de Trabalhos foi concedido um intervalo de cerca de 5 minutos.

ORDEM DO DIA

---- A segunda parte da reunião iniciou-se com o seguinte requerimento do Sr. Deputado Municipal Daniel Claro:

----“Senhores Membros da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, tenho vindo, desde o início dos mandatos a pugnar para que este ponto (ponto 1 da Ordem do Dia) tenha a dignidade que efectivamente ele deve ter. Tudo aquilo que vou dizer a seguir não é novidade, basta ler o art.º 17º do Regimento, que diz exactamente o que é que a informação da actividade municipal deve ter. Esta informação, reiteradamente, não apresenta esses requisitos, nomeadamente, no que diz respeito aos processos judiciais, à informação sobre a intervenção da Câmara na CIMLT, etc., ou seja, tudo o que está mencionado naquele art.º 17º, por este motivo requeiro á mesa que este ponto seja retirado e proposto à próxima Assembleia já com estes requisitos”.

---- O Sr. Presidente da Assembleia perguntou se havia alguém que quisesse manifestar-se sobre este assunto.

---- O Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro interveio dizendo que irá subscrever este requerimento por achar que a informação, como se apresenta, enferma de ilegalidades e não é totalmente esclarecedora, como estipula o art.º 17º do Regimento.

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio a seguir dizendo que este documento contém informações sobre a participação da Câmara na EMIA e sobre os trabalhos desenvolvidos no âmbito das Águas do Oeste. Relativamente aos processos judiciais em curso, disse ter sido distribuída uma listagem na sessão da Assembleia de 29 de Abril. Não tendo havido qualquer evolução quer nas Águas do Oeste, quer nos processos judiciais, o Sr. Presidente disse não entender as lacunas que estão agora a ser apresentadas, uma vez que, na sua opinião, esta informação cumpre o estipulado no regimento.

---- O Sr. Deputado Daniel Claro voltou a intervir para dizer que naquela altura foi referido que se aceitava a listagem mas que ela não cumpria os requisitos. Por outro lado, nestas informações não vêm discriminadas as dívidas a curto prazo nem as actividades relativas à CIMLT, a menos que o Sr. Presidente da Câmara diga aqui verbalmente que não houve evolução. Relativamente aos processos judiciais, eles devem fazer parte da informação, até porque fazem falta na discussão de outras matérias constantes da ordem de trabalhos.

---- Depois de se ter chegado a consenso sobre a forma como o documento deveria passar a ser apresentado, o Sr. Deputado Municipal Daniel Claro informou que não apresentaria o requerimento.

1. Informação do Presidente da Câmara acerca da Actividade Municipal

---- O Sr. Presidente da Câmara tomou a palavra para fazer a apresentação da matéria constante deste documento.



Assembleia Municipal de Azambuja

Referindo-se à redução drástica dos subsídios atribuídos pela Câmara às IPSS's em 2009 e 2010 evocada pelo Sr. Deputado Pedro Coelho, na reunião extraordinária do passado dia 18 de Junho, pediu para ficar apenso à acta (ANEXO 6) um documento contendo a informação sobre os subsídios que foram entregues a essas instituições nos anos de 2009 e 2010. -----

---- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Municipal Justino Oliveira para perguntar pelo projecto do Parque de Lazer da Milhariça. -----

---- O Sr. Deputado Lavado dos Reis também quis intervir para colocar algumas questões sobre, nomeadamente, a conduta do Barrabel, os esgotos e os arranjos na escola primária de Aveiras de Cima. -----

---- O Sr. Deputado Municipal António Godinho interveio dizendo que no aspecto social a Câmara tratou das infraestruturas mas, entretanto, os idosos morrem à fome porque em Manique do Intendente o jantar passou a ser sopa, pão e fruta. -----

---- O Sr. Deputado Municipal David Mendes pediu a palavra para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara quem está a fazer o trabalho de levantamento da vila descrito na rubrica, estudos e projectos urbanísticos, no âmbito da sociedade de reabilitação urbana e porque é que não está também a ser feito em Manique. Perguntou ainda pela situação da ETAR que vai servir Vila Nova de S. Pedro e Manique e pelo Emissário do Vale do Brejo/Aveiras. -----

Para responder a estas questões, interveio o Sr. Presidente da Câmara. -----

Sobre o Parque Urbano da Milhariça, disse não ter ainda mandado o projecto completo ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Cima, porque ainda não está concluído. Informou que a obra do Barrabel irá começar brevemente e os esgotos de Manique, Arrifana e Póvoa de Manique, de acordo com a programação existente, serão tratados no primeiro semestre de 2012. A obra de reparação do telhado da EB1 de Aveiras começará na próxima segunda feira. -----

Sobre a intervenção do Sr. Deputado António Godinho, o Sr. Presidente disse pretender apenas demonstrar que a Câmara não descurou as verbas para as IPSS's, tendo havido um aumento de 30% de 2009 para 2010. As opções tomadas nessas instituições são da responsabilidade dos respectivos directores. -----

Relativamente à reabilitação urbana, o Sr. Presidente esclareceu que os onze presidentes de câmara decidiram que seria nas sedes de concelho que se iniciaria o levantamento por uma questão experimental. Na zona experimental de Azambuja o levantamento está 80% concluído. A seguir será feito em Manique do Intendente. -----

Quanto à ETAR de Vila Nova de S. Pedro, o Sr. Presidente informou de que se está ainda numa fase difícil, em termos de decisão, mas a perspectiva é reactivá-la. -----

O Sr. Vereador Silvino Lúcio interveio, a pedido do Sr. Presidente, para explicar a situação do Emissário do Vale do Brejo. Disse que o troço que faz o fecho da malha de Casais de Vale do Brejo, Inglesas e Vale Coelho está pendente de dois processos de expropriação em curso. -----

Depois da informação prestada pelo Sr. Vereador, o Sr. Presidente voltou a usar da palavra para informar que o Tribunal de Contas recusou o visto dos dois Centros escolares de Aveiras de Cima e de Vila nova da Rainha, com base no princípio de que

é contra os concursos públicos urgentes, sendo por isso necessário lançar novamente estes dois concursos públicos. -----

---- O Sr. Deputado Municipal António Godinho voltou a pedir a palavra dizendo que de facto a Coligação tem opiniões divergentes no que diz respeito a assuntos de carácter social. Referiu que as suas propostas se mantêm vivas, continuando a achar que se deve, de facto, intervir em determinadas situações. Disse não poder aceitar que se diga a um idoso que vai passar a pagar o mesmo mas com direito a muito menos, pelo que a Câmara não se deve demitir de ter aqui um papel activo importante. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio dizendo que essa informação partiu do Assistente Social, que por acaso até fez parte das listas do PSD, e não da Administração do Centro de Dia de Manique do Intendente. -----

---- Seguidamente, interveio o Sr. Vereador António Jorge Lopes dizendo que se tem estado uma noite inteira a ouvir acusações à Coligação PFNT para tapar as mentiras constantes que têm partido da Bancada do Partido Socialista, sendo a última dizer que a informação está assinada pelo técnico que fez parte das listas da Coligação, quando não é verdade. A informação está assinada pelos dirigentes da Casa do Povo de Manique do Intendente, que por sinal até são todos militantes do PS. -----

---- O Sr. Herculano Martins pediu a palavra neste ponto para esclarecer que também teve acesso a essa informação e que a mesma está assinada pela Direcção da Casa do Povo. Depois pediu esclarecimentos sobre algumas situações. Voltou a falar dos problemas existentes com a iluminação em Manique do Intendente, nomeadamente, na Praça dos Imperadores, no Jardim do Palácio Pina Manique e nalgumas ruas. Falou também sobre a reparação dos Parques Infantis, a reparação da Escola da Arrifana destinada à extensão do Centro de Dia de Manique e a verba que se continua a pagar pelo espaço internet que não funciona. Por último, questionou o valor das 2 lombas colocadas em Manique e recomendou à Câmara um papel mais activo no controle às contas das colectividades, pois, segundo parece, algumas também se encontram bastante endividadas. -----

---- A seguir interveio o Sr. Deputado Municipal Daniel Claro. Começou por dizer que o BE tem vindo a pedir reiteradamente à Câmara para elaborar um plano económico-social para os próximos dois anos e meio porque vai ser necessário, uma vez que a existe um conselho local de acção social mas que não reúne, ao contrário do que acontece com o conselho municipal de educação. Não se pronuncia sobre a situação das IPSS's, do desemprego ou de qualquer tipo de plano. -----

---- O Sr. Deputado Lavado dos Reis pediu para intervir querendo saber a situação actual da Banda do Alto Concelho. -----

---- Para responder a esta questão, interveio o Sr. Vereador Marco Leal dizendo que actualmente aquela situação se encontra em "stand by". Sabe que existe interesse por parte da Banda de Alcoentre em manter e dar apoio àquela zona do Alto Concelho. O Sr. Vereador acrescentou que o seu interesse é dar formação musical às crianças interdependente da forma como e por quem é feita gestão. -----



Assembleia Municipal de Azambuja

---- Não havendo mais nada a acrescentar neste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte. -----

1. Desafectação de Domínio Público - Proposta nº P 59/P/2011

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara para fazer a apresentação da matéria constante desta proposta. -----

---- O Sr. Deputado Municipal Herculano Martins interveio para dizer que irá votar contra todos os pontos da ordem de trabalhos como protesto de não lhe terem sido dadas respostas às questões por ele colocadas no ponto anterior. -----

---- O Sr. Deputado Municipal David Mendes disse não compreender porque é que não foram dados os esclarecimentos ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Manique do Intendente. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio dizendo que não respondeu ao Herculano Martins por não ter mais nada a acrescentar às questões que ele recorrentemente coloca à Câmara. -----

---- O Sr. Deputado David Mendes, continuando no uso da palavra, disse que o Sr. Vereador Silvino Lúcio, na sua intervenção, se mostrou aborrecido porque pensava já ter dito tudo, todavia não tinha ainda dito que aquele processo estava em expropriação, pelo que há sempre qualquer coisa nova. -----

Relativamente a este ponto, propriamente dito, o Sr. Deputado Municipal quis saber se este é ou não o primeiro passo para a legalização desta sucata, uma vez que na proposta isso é omissivo. Ainda neste contexto, sugeriu que a Câmara iniciasse contactos para a legalização das diversas sucatas existentes no concelho. -----

---- A seguir pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues para dizer que também não gostou da atitude do Sr. Presidente da Câmara para com o Sr. Deputado Herculano Martins. Acrescentou que sempre que são colocadas questões em especial sobre o Alto Concelho, designadamente, sobre Manique do Intendente, o Sr. Presidente dá de barato todas essas questões. Umás vezes não responde e outras vezes dá as mesmas respostas, sendo que tudo isto é bem demonstrativo de que, de facto, o Sr. Presidente da Câmara só tem uma preocupação: fazer obra na Freguesia de Azambuja e nas freguesias do baixo concelho. Assim sendo, disse que não votará contra os documentos que vêm hoje à Assembleia mas abster-se-á na votação de todos eles. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio para dizer que já hoje respondeu a uma série de questões sobre Manique do Intendente como rede de esgotos, centro de dia, etc. Referiu que as questões levantadas hoje têm sido apresentadas recorrentemente e sempre lhe tem dado resposta, só que não há mais nada a acrescentar para já. Disse que sobre a iluminação da Praça dos Imperadores já tinha informado anteriormente que a requalificação daquele espaço através da SRU irá abranger o aspecto da iluminação. -----

---- O Sr. Presidente da Junta de Manique do Intendente interveio perguntando ao Sr. Presidente da Câmara se, para além de hoje, alguma vez lhe tinha colocado a questão da reparação da escola da Arrifana. Insistiu que as questões da iluminação e do espaço internet se devem a desleixo da Câmara. -----

---- Não havendo outras intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 25 votos a favor (18 do PS, 4 da Coligação PFNT, 2 da CDU e 1 do BE) 3 abstenções da CDU e 1 voto contra da CDU. -----

3. Central de Compras Electrónicas da CIMLT - Proposta nº P 61/P/2011

---- Para apresentar este ponto interveio o Sr. Presidente da Câmara. -----

---- Não havendo intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com 28 votos a favor (19 do PS, 4 da Coligação PFNT, 4 da CDU e 1 do BE), 1 abstenção da CDU e 1 voto contra da CDU.

---- Entretanto o PS fez chegar à Mesa um requerimento para a continuação dos trabalhos até terminar a Ordem do Dia, o qual, depois de submetido à votação, foi aprovado por maioria com 22 votos a favor (17 do PS, 4 da Coligação PFNT e 1 do BE) e 5 votos contra (3 da CDU e 2 do PS). -----

4. Documento de Prestação de Contas Consolidadas - Proposta nº P 64/P/2011

---- O Sr. Presidente da Câmara pediu autorização para ser o Sr. Dr. Ricardo Portela, Chefe da Divisão Financeira da Câmara, a dar a explicação técnica desta matéria. ----

---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro interveio para dizer que a situação da Câmara espelhada neste documento é muito má. Se pensarmos que a receita da actividade directa da Câmara não chega para cobrir os custos com pessoal e se pensarmos que é expectável que aquilo que vem do orçamento geral do estado nos próximos meses e nos próximos anos sofre um corte, de acordo com o previsto no memorando da troika, e não adianta dizer que, por engenharia financeira ou não, ainda temos margem de financiamento e a nossa taxa de endividamento ainda nos permite finaciar-mo-nos aqui ou acolá. A situação é má e tem de haver uma discussão séria para avaliar como é que nos próximos anos se irá cumprir o serviço da dívida e ter capacidade financeira para ter o tal plano económico-social de que falou anteriormente. Alertou os restantes Deputados Municipais para a leitura do ênfase e as reservas feitas pelos auditores. -----

Perante estes números, o Sr. Deputado disse que irá votar contra este documento. ---

---- O Sr. Deputado Municipal David Mendes tomou a palavra dizendo concordar com o Deputado que o antecedeu, acrescentando que esta situação é da inteira responsabilidade de quem gere o município, pelo que o voto da CDU será pela abstenção. Disse ainda que na leitura deste documento lhe pareceu haver alguma artificialidade nos somatórios destes números. A sensação com que ficou é a de que alguma coisa ali está manipulada, provavelmente até pelo programa informático. Referiu não contestar as contas, pois pareceu-lhe estarem correctas. Compreendeu que, na pág. 8, nos resultados, a parcela 14 é o resultado do somatório das parcelas 12 e 13 e que a parcela 16 é o somatório das parcelas 14 e 15, mas não compreendeu porque é que o valor da parcela 17, que deveria ter o resultado igual ao da parcela 16, tem uma diferença de 756,00 Euros, querendo, portanto, ser esclarecido. -----

---- O Sr. Dr. Ricardo Portela interveio para dar o devido esclarecimento técnico. Disse que esse diferencial diz respeito ao imposto sobre o rendimento e a resposta consta na pág. 19. A página 8, referida pelo Sr. Deputado Municipal, é uma síntese



Assembleia Municipal de Azambuja

dos elementos principais da demonstração de resultados por natureza. Na pág. 19 é visível na parcela da conta 86 com um valor de 756,39 Euros. -----

---- Interveio a seguir o Sr. Deputado Municipal José Manuel Pratas confirmando que as contas da Câmara não estão famosas, embora, em relação á maioria dos restantes municípios, estejamos em vantagem. Foram feitas obras que, naturalmente, têm de ser pagas. Sabendo que a Câmara tem dividas, disse não entender como é que ainda aparecem propostas para que se gaste ainda mais. -----

---- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro dizendo que, devido ao adiantado da hora, a Coligação PFNT faz dela as palavras proferidas pelo Sr. Deputado Municipal Daniel Claro, pelo que também irá votar contra o presente documento. -----

---- O Sr. Deputado David Mendes pediu para intervir novamente. Perante este resultado negativo de 3.140.000 euros, perguntou, se nos próximos 5 anos seguidos continuar a haver saldo negativo, o que é que pode acontecer às finanças municipais.

---- O Sr. Dr. Ricardo Portela disse que, obviamente, a situação não é famosa pelo que teremos, necessariamente, para não entrarmos numa situação de falência técnica, que intervir no mais curto espaço de tempo, tendo, para isso, já sido sugeridas e apreciadas algumas alternativas. -----

---- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara querendo fazer alguns esclarecimentos adicionais relativamente a este assunto. O primeiro é que a consolidação de contas resulta da conjugação das contas do Município com as contas da EMIA. Supondo que, na sequência do programa imposto pela troika, a EMIA venha, como a generalidade das empresas municipais, a ser extinta e então sim, para além de uma consolidação contabilística, existe uma consolidação efectiva entre as contas da EMIA e as do Município. Neste momento, a EMIA tem um activo de 11 milhões de euros e um passivo de à volta de 9 milhões, se houver essa consolidação efectiva, haverá um saldo positivo de 2 milhões de euros. -----

O Sr. Presidente acrescentou que a situação financeira, analisada em termos absolutos da Câmara, é má e comunga das mesmas preocupações do Srs. Deputados Municipais e dos restantes Presidentes de Câmara do País que, na maioria dos casos, estão em idênticas ou piores situações financeiras. Não crê que haja uma panaceia que permita, de um momento para o outro, solucionar este problema efectivo das contas municipais e, nesta perspectiva, só poderá haver uma solução que é continuar a trabalhar num programa de saneamento financeiro. -----

Salientou ainda o facto de a Câmara nunca ter assumido compromissos que não se tivessem traduzido em obras que beneficiam de uma maneira ou outra o Concelho. --

----- O Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues também quis intervir para dizer que o parecer da sociedade de revisores de contas dá ideia que foi fotocopiado propositadamente para não se perceber metade do que está escrito. Na última folha, onde os reparos são mais acentuados, não existe uma linha que se consiga ler a 50%. Relativamente ao que foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara sobre a melhoria da situação da Câmara face à possível extinção da EMIA por força da troika, referiu o Sr. Deputado tratar-se de uma engenharia financeira. Os parques de estacionamento que

foram avaliados há cerca de 1 ou 2 anos a preços exorbitantes, com fins de engenharia financeira para justificar determinados volumes de capitais, e que na verdade não existem. Se aqueles terrenos fossem comercializados para um fim interessante para o mercado, provavelmente, teriam esse valor, todavia é importante não esquecer que aqueles espaços estão numa zona inundável e de REN. Nunca ali a Câmara poderá valorizar aqueles terrenos pelos valores que foram orçamentados, porque não têm valor de mercado quase nenhum.

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio para dizer que as afirmações do Sr. Deputado António José Rodrigues se contrapõem com factos. A Câmara lançou um concurso com a atribuição de direito de superfície sobre esses mesmos parques calculados com base nesses valores em que foram avaliados e o mercado pegou neles. Está, actualmente, no Tribunal de Contas uma proposta em apreciação.

---- O Sr. Daniel Claro pediu para intervir novamente para dizer que, com efeito, a avaliação daqueles terrenos, para efeitos de direito de superfície, para um negócio de parques de estacionamento, é diferente de uma avaliação de venda pura directa para efeitos de património. E mesmo assim, valerá a pena ver se o parque de estacionamento avança ou não.

Chamando a atenção para a pág. 9, e olhando para a síntese do balanço consolidado e para o activo realizável a médio e longo prazo e depois para o exigível a médio, longo e curto prazo, o Sr. Deputado disse que se fica assustado, querendo, por isso fazer um apelo construtivo. Uma vez que se tem de fazer o orçamento para o ano que vem, apela a que os restantes grupos se juntem a ele e que se marque um ponto na ordem de trabalhos de Setembro para a análise descomplexada da situação financeira da Câmara, não para falar sobre praças de toiros, mas para que venham à Assembleia com os números na mão e para todos reflectirem sobre os mesmos. Mas, primeiramente, há que fazer face a uma situação, não tendo o Município alguma capacidade de intervir, numa área que a todos preocupa, e que é a área social.

---- Não havendo mais intervenções neste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta nº P 64/P/2011, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 19 votos a favor do PS, 5 abstenções da CDU e 6 votos contra (4 da Coligação PFNT, 1 da CDU e 1 do BE).

5. Regulamento Municipal de Feira de Viaturas Usadas

- Proposta nº P16/VSL/2011

---- Antes da apresentação desta proposta, o Sr. Daniel Claro interveio para dizer que, na qualidade de elemento da Direcção da ACISMA, não faria parte da discussão e votação da presente proposta, pelo que se iria ausentar da sala.

---- Seguidamente interveio o Sr. Presidente da Câmara para fazer uma breve apresentação da matéria constante desta proposta.

---- Não havendo intervenções neste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 27 votos a favor (19 do PS, 4 da CDU e 4 da Coligação PFNT), 1 abstenção da CDU e 1 voto contra da CDU.



Assembleia Municipal de Azambuja

6. Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos

- Proposta nº P 28/VP/2011

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara para apresentar esta proposta. -----

---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro pediu a palavra para saudar a Câmara pela apresentação deste regulamento. Todavia, disse não poder votar favoravelmente o documento se ele mantiver, sem alternativa, um dos artigos. Referiu aceitar que o mesmo se mantenha mas a Câmara terá de assumir o compromisso de arranjar uma alternativa àquela que é a entrega dos bens alimentares por meio de senhas. -----

---- O Sr. Deputado Municipal David Mendes interveio dizendo comungar das palavras do Sr. Deputado Daniel Claro, tendo ainda acrescentado que, em situações destas, a experiência diz que as senhas são transaccionadas no mercado, ou seja, são vendidas. Contudo, apesar de achar que se trata de uma situação de difícil resolução, irá votar favoravelmente esta proposta. -----

---- Não havendo mais intervenções neste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 27 votos a favor (18 do PS, 5 da CDU e 4 da Coligação PFNT), 1 voto contra da CDU e 1 voto contra do BE. -----

7. Regulamento do Conselho Municipal de Juventude - Proposta nº P 06/VML/2011

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara para fazer a apresentação da matéria constante deste ponto. -----

---- Não havendo intervenções neste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 27 votos a favor (18 do PS, 4 da CDU, 1 do BE e 4 da Coligação PFNT), 1 abstenção da CDU e 1 voto contra da CDU. -----

---- O Sr. Deputado Municipal Justino Oliveira pediu a palavra para apresentar uma declaração de voto manifestando a sua solidariedade com as posições tomadas pelas Srs. Herculano Martins e António José Rodrigues sobre a votação dos documentos constantes da ordem do dia de hoje. -----

APROVAÇÃO POR MINUTA

---- O Segundo Secretário da Mesa passou à leitura, em voz alta, da minuta da acta da presente reunião, findo o que foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----Esta acta foi aprovada por minuta no final da reunião, por a Assembleia Municipal o ter deliberado, nos termos do nº 3, do artº 92º, da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

ENCERRAMENTO

----Eram zero horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e nove de Junho de dois mil e onze, quando o Sr. Presidente da Mesa, fazendo uma breve alusão aos tempos utilizados, deu por encerrada a reunião. -----

---- Para constar se lavrou a presente acta em minuta, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. -----

*bonas
comhecimento*

[Signature]

CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA
PRESIDÊNCIA

= ANEXO 1 =

CONTRATAÇÃO DE TÉCNICOS PARA A SOCIEDADE INTERMUNICIPAL DE REABILITAÇÃO URBANA
(INFORMAÇÃO PRESTADA PELA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZIRIA DO TEJO)

1. Oferta Publica de Emprego publicada no Diário de Notícias de 8 de Outubro de 2011
2. Candidaturas entregues:

.Engenharia Civil : 29

.Arquitectura : 21

3. Juri de Selecção:

Dr António Torres (Administrador Delegado), Eng^a Sónia Serra, Dra Mariana Melo

4. Candidatos pré seleccionados:

Engenharia Civil : 7

Arquitectura : 9

5. Candidatos admitidos após segunda fase de selecção

Engenharia Civil : 1

Arquitectura : 3

[Signature]
11.06.28

Base - Ajuste Directo nº226047

*Tomada
de conhecimento
28/06/2011*

ANEXO 2 =

base: > publicações obrigatórias > contratos > detalhe

contratos: detalhe

Pesquisar

Data de publicação:

25-03-2011

25/03/2011

N.º Procedimento:

226047

NIF

Nome entidade adjudicante

50926426 | L1 Sociedade do Resolvido Urbana, E. M.

Lista de entidades adjudicantes

NIF

Nome entidade adjudicatária

201060318 | Padre Daniel Simeões Galazar

Lista de entidades adjudicatárias

Objecto do contrato:

Levantamento de informação nas Áreas de Resolvido Urbana (ARU), relativas a zonas definidas pelas Matrizes, intermunicipais: Anselm, Aljezur, Alentejo, Castro, Charneca, Coruche, Azilhões (Frores), Górgal Duro, Ilha Real e União Alentejo (Sines) e...

Data de celebração do contrato:

16-02-2011

Preço contratual:

49 200,00 €

Prazo de execução:

730 dias

Local de execução:

Portugal - Sines

Sair

ANEXO 3

Sanção
Arbitramento
28/06/2011

- [Início](#)
- [Área](#)
- [Novidades](#)
- [Perguntas Frequentes](#)
- [Estatísticas](#)
- [A investigar](#)
- [Contacto](#)

Transparência na AP

O Software Livre ao serviço da cidadania.

Atenção

Nova actualização dos dados: estamos a testar uma nova forma alternativa de obtenção dos dados, se surgirem incongruências, por favor alertem-nos!

Pesquise nos Ajustes Directos

Exemplos: "nome de entidade" | [Vortal](#) | [software](#) | [computador](#) | [viatura](#) | [obra](#), saiba mais nas

Perguntas Frequentes

nif:509226426

Pesquisar...

Foram encontrados 4 registos:

ID	Data	Ent. Adjudicante	Ent. Adjudicada	Objecto	Montante
226037	2011-03-25	LT - Sociedade de Reabilitação Urbana, E. M.	Alexandra Sofia Gomes Sousa Machado	Levantamento de informação nas Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), relativamente às zonas delimitadas pelos Municípios, nomeadamente Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Azinhaga (Golegã), Golegã Oeste, Rio Maior e Ribeira/Alfange (Santarém)	49.200,00 €
226047	2011-03-25	LT - Sociedade de Reabilitação Urbana, E. M.	Pedro Daniel Simões Salazar	Levantamento de informação nas Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), relativamente às zonas delimitadas pelos Municípios, nomeadamente Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Azinhaga (Golegã), Golegã Oeste, Rio Maior e Ribeira/Alfange (Santarém)	49.200,00 €
226057	2011-03-25	LT - Sociedade de Reabilitação Urbana, E. M.	Maria Inês Sepúlveda Castanheira Empis	Levantamento de informação nas Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), relativamente às zonas delimitadas pelos Municípios, nomeadamente Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Cartaxo,	49.200,00 €

Handwritten mark

Anexo 3
= (Conti) =

<u>226065</u>	<u>2011-03</u> <u>-25</u>	<u>LT - Sociedade</u> <u>de</u> <u>Reabilitação</u> <u>Urbana, E. M.</u>	<u>Inês Maria</u> <u>Ferreira</u> <u>Fernando</u>	<u>Chamusca, Coruche, Azinhaga</u> <u>(Golegã), Golegã Oeste, Rio</u> <u>Maior e Ribeira/Alfange</u> <u>(Santarém)</u>	
				<u>Levantamento de informação nas</u> <u>Áreas de Reabilitação Urbana</u> <u>(ARU), relativamente às zonas</u> <u>delimitadas pelos Municípios,</u> <u>nomeadamente Almeirim,</u> <u>Alpiarça, Azambuja, Cartaxo,</u> <u>Chamusca, Coruche, Azinhaga</u> <u>(Golegã), Golegã Oeste, Rio</u> <u>Maior e Ribeira/Alfange</u> <u>(Santarém)</u>	<u>49.200,00 €</u>
					<u>196.800,00 €</u>

Despesa total correspondente:

Bad Behavior has blocked **556** access attempts in the last 7 days.

Copyright © 2011 Transparência na AP Some rights reserved, published under the GNU General Public License
Amazing Grace theme by Vladimir Prelovac.

*transmissões
por escrito
26/06/2011*

Artigo 111.º

Delegação das competências do Conselho de Ministros ou do Conselho do Governo Regional

Quando o órgão competente para a decisão de contratar seja o Conselho de Ministros ou o Conselho do Governo Regional, consideram-se delegadas no Primeiro-Ministro ou no Presidente do Governo Regional, consoante o caso, todas as competências atribuídas pelo presente Código.

TÍTULO III

Tramitação procedimental

CAPÍTULO I

Ajuste directo

SECÇÃO I

Disposições comuns

Artigo 112.º

Noção de ajuste directo

O ajuste directo é o procedimento em que a entidade adjudicante convida directamente uma ou várias entidades à sua escolha a apresentar proposta, podendo com elas negociar aspectos da execução do contrato a celebrar.

Artigo 113.º

Escolha das entidades convidadas

1 — Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 128.º, a escolha das entidades convidadas a apresentar proposta no procedimento de ajuste directo cabe ao órgão competente para a decisão de contratar.

2 — Não podem ser convidadas a apresentar propostas entidades às quais a entidade adjudicante já tenha adjudicado, no ano económico em curso e nos dois anos económicos anteriores, na sequência de ajuste directo adoptado nos termos do disposto na alínea a) do artigo 19.º, na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º ou na alínea a) do n.º 1 do artigo 21.º, consoante o caso, propostas para a celebração de contratos cujo objecto seja constituído por prestações do mesmo tipo ou idênticas às do contrato a celebrar, e cujo preço contratual acumulado seja igual ou superior aos limites referidos naquelas alíneas.

3 — Para os efeitos do disposto no número anterior, quando a entidade adjudicante seja o Estado ou uma Região Autónoma, apenas são tidos em conta os contratos celebrados no âmbito do mesmo gabinete governamental, serviço central ou serviço periférico de cada ministério ou secretaria regional, respectivamente.

4 — Para os efeitos do disposto no n.º 2, quando a entidade adjudicante seja um município, são tidos em conta, autonomamente, os contratos celebrados no âmbito de cada serviço municipalizado.

5 — Não podem igualmente ser convidadas a apresentar propostas entidades que tenham executado obras, fornecido bens móveis ou prestado serviços à entidade adjudicante, a título gratuito, no ano económico em curso ou nos dois anos económicos anteriores.

SECÇÃO II

Regime geral

Artigo 114.º

Número de entidades convidadas

1 — A entidade adjudicante pode, sempre que o considere conveniente, convidar a apresentar proposta mais de uma entidade.

2 — No caso de o ajuste directo ser adoptado ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 27.º, a entidade adjudicante deve convidar a apresentar propostas todos os adjudicatários do concurso de concepção.

Artigo 115.º

Convite

1 — O programa do procedimento de ajuste directo é substituído pelo convite à apresentação de proposta, o qual deve indicar:

- a) A entidade adjudicante;
- b) O órgão que tomou a decisão de contratar e, no caso de esta ter sido tomada no uso de delegação ou subdelegação de competência, a qualidade em que aquele decidiu, com menção das decisões de delegação ou subdelegação e do local da respectiva publicação;
- c) O fundamento da escolha do ajuste directo, quando seja feita ao abrigo do disposto nos artigos 24.º a 27.º e 31.º a 33.º;
- d) Os documentos referidos na alínea c) do n.º 1 do artigo 57.º, se for o caso;
- e) Os documentos que constituem a proposta que podem ser redigidos em língua estrangeira, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 58.º;
- f) O prazo para a apresentação da proposta;
- g) O modo de apresentação da proposta, através de meio de transmissão escrita e electrónica de dados, se diferente do previsto no n.º 1 do artigo 62.º;
- h) O modo de prestação da caução ou os termos em que não seja exigida essa prestação de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 88.º;
- i) O valor da caução, quando esta for exigida nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 89.º

2 — Quando for convidada a apresentar proposta mais de uma entidade, o convite deve também indicar:

- a) Se as propostas apresentadas serão objecto de negociação e, em caso afirmativo:
 - i) Quais os aspectos da execução do contrato a celebrar que a entidade adjudicante não está disposta a negociar;
 - ii) Se a negociação decorrerá, parcial ou totalmente, por via electrónica e os respectivos termos;
- b) O critério de adjudicação e os eventuais factores e subsfactores que o densificam, não sendo, porém, necessário um modelo de avaliação das propostas.

3 — O convite pode indicar, ainda que por referência ao preço base fixado no caderno de encargos, um valor a partir do qual o preço total resultante de uma proposta é considerado anormalmente baixo.

4 — O convite deve ser formulado por escrito e acompanhado do caderno de encargos, podendo ser entregue

directamente ou enviado por correio ou ainda por qualquer meio de transmissão escrita e electrónica de dados, devendo a entrega ou o envio ocorrer simultaneamente quando for convidada a apresentar proposta mais de uma entidade.

5 — Quando o ajuste directo seja adoptado ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 27.º:

a) O critério de adjudicação pode ter em conta a ordenação das propostas efectuada no âmbito do concurso de concepção;

b) O caderno de encargos deve ser substancialmente idêntico ao que acompanhou os termos de referência do concurso de concepção.

Artigo 116.º

Esclarecimentos e rectificação das peças do procedimento

Quando o prazo fixado para a apresentação da proposta seja inferior a nove dias, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as rectificações das mesmas podem ser efectuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo.

Artigo 117.º

Agrupamentos

1 — Pode apresentar proposta num procedimento de ajuste directo um agrupamento de pessoas singulares ou colectivas, desde que um dos seus membros tenha sido a entidade convidada para esse efeito.

2 — A entidade convidada não pode integrar um agrupamento quando o ajuste directo seja adoptado:

a) Nos termos do disposto na alínea a) do artigo 19.º, na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º ou na alínea a) do n.º 1 do artigo 21.º; ou

b) Para a formação de um contrato ao abrigo de um acordo quadro.

Artigo 118.º

Negociações

1 — Quando tiver sido tempestivamente apresentada mais de uma proposta e do convite constar a indicação prevista na primeira parte da alínea a) do n.º 2 do artigo 115.º, há lugar a uma fase de negociação, a qual é conduzida pelo júri.

2 — As negociações devem incidir sobre os atributos das propostas.

Artigo 119.º

Representação dos concorrentes nas sessões de negociação

Os concorrentes devem fazer-se representar nas sessões de negociação pelos seus representantes legais ou pelos representantes comuns dos agrupamentos concorrentes, se existirem, podendo ser acompanhados por técnicos por eles indicados.

Artigo 120.º

Formalidades a observar

1 — O júri notifica os concorrentes, com uma antecedência mínima de três dias, da data, da hora e do local da

primeira sessão de negociações, agendando as restantes sessões nos termos que tiver por convenientes.

2 — Na notificação referida no número anterior o júri deve indicar o formato adoptado para as negociações, nomeadamente se decorrem em separado ou em conjunto com os diversos concorrentes, podendo, porém, a qualquer momento, alterar esse formato, desde que os informe previamente.

3 — De cada sessão de negociações é lavrada acta, a qual deve ser assinada pelos membros presentes do júri e pelos representantes presentes dos concorrentes, devendo fazer-se menção da recusa de algum destes em assiná-la.

4 — Os concorrentes devem ter idênticas oportunidades de propor, de aceitar e de contrapor modificações das respectivas propostas durante as sessões de negociação.

5 — As actas e quaisquer outras informações ou comunicações, escritas ou orais, prestadas pelos concorrentes à entidade adjudicante devem manter-se sigilosas durante a fase de negociação.

Artigo 121.º

Versões finais das propostas

1 — Quando o júri der por terminada a negociação, notifica imediatamente os concorrentes para, em prazo por ele para o efeito fixado, apresentarem as versões finais integrais das propostas, as quais não podem conter atributos diferentes dos constantes das respectivas versões iniciais no que respeita aos aspectos da execução do contrato a celebrar que a entidade adjudicante tenha indicado não estar disposta a negociar.

2 — Depois de entregues as versões finais das propostas, não podem as mesmas ser objecto de quaisquer alterações.

Artigo 122.º

Relatório preliminar

1 — Após a análise das versões iniciais e finais das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas.

2 — No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas por qualquer dos motivos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 146.º, aplicáveis com as necessárias adaptações, bem como das que sejam apresentadas em violação do disposto na parte final do n.º 1 do artigo anterior.

3 — Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto no artigo 72.º

Artigo 123.º

Audiência prévia

1 — Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o júri envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo, não inferior a cinco dias, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

2 — Durante a fase de audiência prévia, os concorrentes têm acesso às actas das sessões de negociação com os demais concorrentes e às informações e comunicações escritas de qualquer natureza que estes tenham prestado, bem como às versões finais integrais das propostas apresentadas.

= ANEXO 5 =

Isidro Ferreira (EMIA)

De: "Isidro Ferreira (EMIA)" <isidroferreira@emia.pt>
 Para: "Gabinete de Apoio Presidente" <gap@cm-azambuja.pt>
 Enviado: terça-feira, 28 de Junho de 2011 9:36
 Assunto: Fw:
 Bom dia Sr. Presidente,

Conforme solicitado, devolve-se informação sobre os elementos abaixo indicados:

PRAÇA DE TOIROS

Data da consulta: 07/02/2011
 Data de recepção das propostas: 21/02/2011
 Data da comunicação aos concorrentes da intenção de adjudicação: 7/03/2011
 Data da adjudicação (CA): 7/03/2001
 Data de contrato: 21/03/2011
 Data de consignação: 22/03/2011
 Data de visto do TC: 11/04/2011
 Data de início da montagem de estaleiro: 22/03/2011
 Data de início da intervenção: 22/03/2011

Com os melhores cumprimentos,

Isidro Ferreira
 Dep. Técnico
 EMIA - Empresa Municipal de Infra-estruturas de Azambuja, EM
 R. Teodoro José da Silva, Ed. Atrium - Loja 35
 2050-335 Azambuja
 Tel. 263409620
 Fax: 263409629

----- Original Message -----

From: Joaquim António Ramos
 To: emia@emia.pt
 Sent: Monday, June 27, 2011 10:34 AM

Engo Farinha:

Preciso que me informe hoje das seguintes situações:

PRAÇA DE TOIROS

Data da consulta

Data de recepção das propostas

Data da comunicação aos concorrentes da intenção de adjudicação

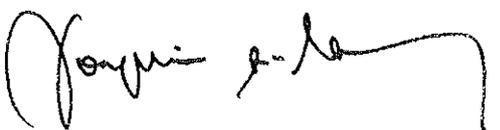
Data da adjudicação (CA)

Data de contrato

Data de consignação

Data de visto do TC

Data de início da montagem de estaleiro


 11 06 28

28-06-2011

= ANEXO 6 =

CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA
PRESIDÊNCIA

SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS ÀS I.P.S.S.'s DO MUNICÍPIO DE AZAMBUJA

*Comunicação
em documento
28/06/2011*

	2009	2010
Casa do Povo de Manique do Intendente	23 760,00 €	2 580,00€
Cerci Flor da Vida	38 599,58 €	45 397,06€
Associação Centro Dia N.Sra Paraíso	3 880,00 €	2 300,00€
Santa Casa da Misericórdia	54 584,50 €	10 860,00€
Casa Pombal a Mãe	3 100,00 €	15 552,00€
Centro Soc e Paroq de Aveiras de Baixo	5 980,00 €	10 327,20€
Centro Soc e Paroq de Aveiras de Cima	17 260,00 €	45 274,00€
Centro Soc e Paroq de Alcoentre (1)	30 628,72 €	81 728,01€
Centro Soc e Paroq de Azambuja	20 200,00 €	46 374,00€
TOTAL	197 992,8€	260 392,27€

(1) 23 178,72 € e 30 959,6 € dizem respeito, respectivamente para 2009 e 2010, ao Protocolo com Auxiliares de Educação .

